

NELSON WERNECK SODRÉ E A UTOPIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Regina Zilberman

UFRGS/CNPq

Resumo: Em depoimento ao periódico *Estudos Históricos*, o escritor e historiador Joel Rufino dos Santos revela a importância que a obra *Introdução à Revolução Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, exerceu em sua vida profissional. Não apenas o livro o levou a escolher a História como caminho acadêmico, como foi seu autor que o convidou a trabalhar no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), de cuja equipe fazia parte. À época do ISEB, Sodré já tinha publicado várias obras, como as primeiras versões da *História da Literatura Brasileira*. Mas talvez tenha sido na época em que atuou no Instituto que dispôs de condições para aliar pesquisa e prática política. Por isso, elaborou uma obra que sintetiza suas ideias sobre as transformações históricas vividas pelo Brasil no caminho da concretização de um projeto revolucionário. As ideias converteram-se em ideais, cuja concretização Sodré não alcançou contemplar.

Palavras-chave: Revolução; Nelson Werneck Sodré; história do Brasil.

Abstract: In a statement to the journal *Estudos Históricos*, writer and historian Joel Rufino dos Santos reveals the importance that the work *Introduction to the Brazilian Revolution*, by Nelson Werneck Sodré, had on his professional life. Not only did Sodré's book inspired Santos to choose History as an academic path, but its author invited him to work at the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), of whose team Sodré was part. At the time, Sodré had already published several works, such as the first versions of the *History of Brazilian Literature*. But perhaps it was during the time Santos worked at the Institute that he had the conditions to combine research and political practice. Therefore, he

created a work that summarizes his ideas about the historical transformations experienced by Brazil on the path to realizing a revolutionary project. Ideas became ideals, the realization of which Sodré had been unable to contemplate.

Keywords: Revolution; Nelson Werneck Sodré; History of Brazil.

O leitor não imagina o impacto que teve sobre mim essa síntese, tantas vezes reeditada, da
evolução histórica do Brasil.
Joel Rufino dos Santos (2008, p. 42)

Nelson Werneck Sodré integrou-se ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, em 1956, um ano após a fundação da entidade nascida durante a presidência de João Café Filho, em 1955. Tinha então mais de quarenta anos, atuação política reconhecida nos círculos militares e número considerável de publicações, de que são exemplo os livros *História da Literatura Brasileira* (Seus fundamentos econômicos), de 1938, *Formação da Sociedade Brasileira*, de 1944, e *O Que se Deve Ler Para Conhecer o Brasil*, de 1945.

Vinculado ao Ministério da Educação, o ISEB, originalmente dirigido por Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, voltava-se originalmente, como escreve José Paulo Netto, “para o estudo, o ensino – em nível de pós-graduação – e a divulgação das ciências sociais, para serem aplicadas à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, fomentando e promovendo o desenvolvimento nacional.” (Netto, 2011, p. 33). Reunia um grupo heterogêneo de intelectuais, que, com o tempo, se dispersou: em 1958, quando o presidente não é mais Café Filho, e sim Juscelino Kubitschek, afastam-se da equipe Guerreiro Ramos e, depois dele, Hélio Jaguaribe em 1959. E, a partir da administração de João Goulart, em 1961, as “teses nacional-desenvolvimentistas” são substituídas pela ênfase nas “reformas de base”. A essas alturas, Nelson Werneck Sodré dirige o Departamento de História da instituição, e projeta a escrita de uma *História Nova*, para isso contando com um núcleo de pesquisadores jovens oriundos de cursos universitários no Rio de Janeiro.

É quando Joel Rufino dos Santos incorpora-se ao projeto, autor que, em depoimento posterior, revela o que representou em sua trajetória a leitura de *Introdução à Revolução Brasileira*, obra que Sodré publicara em 1958:

Encontrei então um dia com um colega do clássico – eu era do científico e ele era do clássico – num café, na esquina do largo de São Francisco com rua do Ouvidor. [...] Eu estava tomando café, ele bateu no meu ombro e disse: “Olá! Olha, Joel, eu acabei de ler um livro que mudou a minha vida e eu acho que vai mudar a sua.” Conversa de estudante, não é? Eu disse: “Qual é?” Aí ele tirou da pasta o *Introdução à revolução brasileira*, do Nelson Werneck Sodré, que tinha acaba do de sair. E, de fato, com esse livro decidi: “Vou estudar história.” [...]. Eu não lia muito história, lia mais literatura. Eu não estava especialmente interessado em história, mas, a partir desse livro, tomei essa decisão, me inscrevi no vestibular e consegui passar. (Pereira; Pereira; Alberti, 2013, p. 494).¹

A edição original de *Introdução à Revolução Brasileira* data de 1958, como se observou, e deve ser a que Joel Rufino dos Santos leu, pois a que a sucedeu foi lançada em 1962. A terceira edição, que é a que consultamos, foi publicada em 1967. Entre uma e outra, Sodré promoveu modificações, como anota na Advertência que abre o livro em 1967.

Quatro partes formam a primeira edição, todas introduzidas pelo substantivo “evolução”: a “Evolução da sociedade” aborda as “classes sociais no Brasil”, a “Evolução da economia”, a “formação da economia nacional”, a “Evolução da cultura”, a “elaboração da cultura nacional”, e a “Evolução racial”, a “Miscigenação e a sociedade”. O autor deve ter-se dado conta de que faltava ao menos uma “evolução” – a política, que aparece com este título e um capítulo denominado “Raízes históricas do nacionalismo brasileiro” na versão de 1962. Nessa, Sodré anexou ainda a “Evolução popular”, em que incorporou o conteúdo do livro lançado no ano anterior, *Quem É o Povo no Brasil*, segundo volume da coleção Cadernos do Povo Brasileiro, da editora Civilização Brasileira, em parceria com o ISEB e o Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes - UNE.

A edição de 1967 ocorre após a golpe civil-militar de 1964, o que leva Sodré a posicionar-se diante do acontecimento que, de certo modo, contrariava suas previsões de que a Revolução Brasileira estava em curso e era iminente. Evidenciando que não ignora o fato, nem suas consequências, que talvez determinassem uma virada em sua

¹ Joel Rufino dos Santos relembra este episódio em duas ocasiões anteriores: em 1993, quando conta que “certo dia reencontrei na Rua do Ouvidor um colega de grêmio estudantil. Tinha um livro debaixo do braço e mo presenteou: ‘Nosso caso é literatura, mas leia este livro, que você também vai mudar’. Era *Introdução à revolução brasileira* de Nelson Werneck Sodré. Foi a primeira síntese do desenvolvimento histórico brasileiro convincente que li – metódica e inteligente (porque havia as metódicas burras). Daí a meses, prestei vestibular para o curso de História da FNFfi (Faculdade Nacional de Filosofia).” (Santos, 1993, p. 17). Em 2008, reitera a importância de *Introdução à Revolução brasileira*, de Nelson Werneck Sodré, em sua vida: “O leitor não imagina o impacto que teve sobre mim essa síntese, tantas vezes reeditada, da evolução histórica do Brasil.” (S’, 2008, p. 42).

concepção de mundo e de história, agrega uma parte final, denominada “Perspectivas”, focada em quatro “problemas”: os das reformas, da pequena burguesia, da burguesia e da democracia.

O preâmbulo tem um objetivo a mais: adequar seu conteúdo ao da advertência com que abriu o volume da segunda edição, para explicar em que estágio poderia se encontrar o país no contexto de um processo revolucionário em andamento:

Como Revolução Brasileira, entendemos o processo de transformação, que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originais de seu passado colonial e de estar incompleta a revolução burguesa no seu desenvolvimento histórico. (Sodré, 1967, p. 9).

Além disso, esclarece o que entende ser o seu papel enquanto pesquisador e historiador. Considerando que

tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país,

esclarece o papel pedagógico de sua obra:

Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional, e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista de exploração econômica das nossas riquezas, de outro lado. (Sodré, 1967, p. 9-10).

Desenvolvimento, processo, solução nacionalista – eis as palavras-chave da concepção histórica e política de Nelson Werneck Sodré. Seu livro tem um componente utópico, na medida em que almeja um mundo melhor, independentemente das dificuldades – os “entraves” – que se apresentam no caminho. É sob esse aspecto que ele se particulariza diante da bibliografia que, nos anos 1950, buscava interpretar a história brasileira, com seus componentes econômicos, sociais e culturais, em um país que buscava modernizar-se.

As primeiras “interpretações do Brasil”, como *A América Latina: Males de origem*, de 1903, e *O Brasil Nação*, de 1931, de Manoel Bomfim, *O Problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*, ambos de 1914, de Alberto Torres, e *Evolução do Povo Brasileiro*, de 1923, e *O Ocaso do Império*, de 1925, de Oliveira Vianna, datam das décadas iniciais do período republicano. Os anos 1930, na esteira da revolução que abriu a década, assistiram ao aparecimento de obras como *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de

Holanda, em 1936. Talvez se possa incluir no grupo *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia), de Caio Prado Junior, de 1942, na medida em que, tal como os livros dos demais autores deste período, não se trata de uma produção originária de acadêmicos atuantes no ensino superior. De todo modo, no conjunto deles verifica-se a convicção de que, contemplando o passado, torna-se possível entender a atualidade.

Na década de 1950, especialmente no seu final, emergiu um contingente de “formações”, vocábulo que já aparece no livro de Caio Prado Junior: em 1958, *Os Donos do Poder* (Formação do patronato político brasileiro), de Raymundo Faoro, em 1959, *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e *Formação da Literatura Brasileira* (Momentos decisivos), de Antonio Candido. Também de 1959 é *O Caráter Nacional Brasileiro* (História de uma ideologia), de Dante Moreira Leite. É a esse núcleo que se poderia integrar a versão original de *Introdução à Revolução Brasileira*, representando, não a perspectiva historiográfica paulista, identificável nas obras de Candido e Moreira Leite, mas a visão desenvolvimentista do ISEB.

Caio Navarro de Toledo sumaria as diferenças entre as duas perspectivas:

o Instituto Superior de Estudos Brasileiros [...] deve ser lembrado como uma instituição cujos intelectuais se comprometeram com a defesa de causas reformistas e de caráter democrático. Em contraposição à maioria dos cientistas sociais da USP, que se opunha ao engajamento político, os isebianos sintonizavam-se com a dinâmica das lutas sociais e políticas presentes nos anos 1950 e 1960. (Toledo, 2005)

Introdução à Revolução Brasileira é, pois, uma obra em que a história é colocada a serviço da política – ou melhor, da ação política, não porque almeje motivar seus leitores à luta, mas porque identifica na trajetória da sociedade, economia e cultura brasileiras um movimento capaz de conduzir, mais cedo ou mais tarde, à revolução. Essa é irreversível; mas precisa passar da condição de potencialidade à de fato, vale dizer, concretizar-se.

A trajetória social do país demonstraria a validade do raciocínio. Por isso, no segmento dedicado à “Evolução da sociedade”, Nelson Werneck Sodré descreve os períodos pelos quais passou o Brasil: remonta ao século XVI, observando que o interesse dos europeus pelo continente americano vincula-se à Revolução Comercial, que facultou a formação da burguesia no Velho Mundo. A colonização do território

americano dá-se por meio das atividades agrícolas em áreas rurais dominadas por grandes donos de terras. A posse, ou não, da terra define as classes sociais: de um lado, o patriciado rural; de outro, os escravizados. Não há espaço, neste estreito espectro social, para o trabalho livre, logo, inexiste “qualquer elemento caracterizadamente pertencente à burguesia” (Sodre, 1967, p. 29). Se as navegações foram patrocinadas pela burguesia ascendente, e seus resultados facultaram sua consolidação como classe social, não se registra burguesia fora do horizonte europeu, contradição que, curiosamente, Sodré não explora.

Essa situação perdura por muitos séculos, e o Brasil chega à autonomia política sem alterar a estrutura social: a burguesia é ainda a grande ausente, devido à permanência do escravismo e à falta de um mercado interno, exceto no curto período, no século XVIII, de exploração do ouro em Minas Gerais, quando se verifica o crescimento da vida urbana, decorrente da necessidade, por parte da administração metropolitana, de aparelhamento administrativo, financeiro e político na distante colônia americana.

O século XVIII é também o da Revolução Industrial no continente europeu, mas o Brasil demora a se alinhar a esse processo: mesmo com a abolição do escravismo ao final do século XIX, não se modifica o regime da propriedade. A instalação da República não compromete o modelo secular, porque as oligarquias, cuja riqueza funda-se ainda na exploração da agricultura intensiva, mantêm o poder do Estado.

Contudo, uma burguesia emerge ao longo da primeira metade do século XX, e uma classe operária alcança visibilidade: “o trabalho livre (...) encontra campo de expansão no surto industrial e no desenvolvimento de atividades urbanas”. (Sodré, 1967, p. 53). Resultam dessas mudanças movimentos reivindicatórios, destacando-se o papel desempenhado pela Revolução de 1930. Sodré chama a atenção para outros eventos que desarticulam o poder estabelecido desde a época colonial: os efeitos da guerra na Europa, que fortaleceu o mercado interno, dada a dificuldade de acesso aos produtos provenientes do Exterior; a nacionalização das riquezas minerais; o surto inflacionário experimentado a seu tempo.

A inflação corrói o poder de compra da pequena burguesia, proletarizando-a e, conseqüentemente, aliando-a à classe operária; a burguesia parece dar-se conta da

importância de solidarizar-se com a solução dos problemas nacionais que não afetam apenas a ela. As crises auguram a hipótese de que mudanças mais radicais se imponham, logo, que a Revolução Brasileira possa estar sendo gestada:

A sociedade, em seu desenvolvimento dinâmico, impulsiona a burguesia nacional e o proletariado como forças capazes de proporcionar uma política de transformação daquela estrutura nacional cujas linhas permitam a livre expressão dos interesses e forças reais das classes em que se divide a sociedade brasileira. (Sodré, 1967, p. 58).

O parágrafo final sumaria o prognóstico e a expectativa de Nelson Werneck Sodré:

O que significa, em suma, que existem agora, em nosso país, os fundamentos econômicos e uma repartição em classes suficientes para permitir aquele processo de renovação a que já se convencionou chamar Revolução Brasileira. (SODRÉ, 1967, p. 58).

O segmento dedicado à economia (“Evolução da economia”) reitera alguns pontos do anterior e repete a metodologia segundo a qual o andar da história é homogêneo e contínuo, podendo, por essa razão, ser dividido em fases.

Sodré reparte a história econômica do Brasil em quatro fases, cronologicamente definidas:

a) A primeira corresponde à economia colonial, entre 1550 e 1780, quando o território americano dominado pela metrópole portuguesa se integra à Revolução Comercial por meio da ênfase conferida à produção agrícola destinada a um mercado distante e da adoção do regime do trabalho escravo. Estamos diante da “grande propriedade e o trabalho escravo, gerando a grande produção para abastecer mercados externos.” (Sodré, 1967, p. 69). Ressalta que o sistema adotado de divisão de classes fica fortalecido pela “cor diferente dos elementos de trabalho” (Sodré, 1967, p. 69). E não deixa de observar que tais fatores, próprios ao período colonial, permanecem vigentes (à época de elaboração do estudo e talvez atualmente), devendo ser eliminados.

b) A segunda fase corresponde à da integração do Brasil à economia mundial, transcorrida entre 1780 e 1850. Durante essas décadas, com a separação política, quebra-se o monopólio comercial metropolitano, e o país se associa ao capitalismo em desenvolvimento. Data desse período a mudança do centro de gravidade econômico,

transferido para o Rio de Janeiro; mas ainda não se identificam os traços de uma “economia nacional” (Sodré, 1967, p. 85).

c) Na terceira fase, entre 1850-1920, emerge uma economia nacional, graças ao desenvolvimento industrial, possibilitado pela aplicação do capital não mais investido no tráfico de escravizados e os recursos advindos das tarifas aduaneiras. As exportações de café, produzido segundo “relações capitalistas” (Sodré, 1967, p. 90), garantem o superavit econômico; e as correntes migratórias introduzem no Brasil o modelo do trabalho assalariado, alterando a relação entre empregador e empregado. Permanecem, contudo, os resíduos coloniais, a requer eliminação.

d) Na quarta fase, identifica-se a estruturação da economia nacional, que aflorava desde a segunda metade do século XIX. Cresce a produção industrial, cujos valores investidos superam os da produção agrícola. Dirigida sobretudo ao mercado interno, distingue-se da tradição de exploração agrícola, calcada na grande propriedade rural e destinada à exportação. Por isso, é nacional, já que suas metas coincidem com as de uma economia brasileira; pela mesma razão, colide com os objetivos do imperialismo, que, na interpretação de Sodré, “busca, por todos os meios, colocar fora da lei a defesa do interesse nacional” (p. 109).

Este segmento compartilha com o anterior a concepção homogênea e contínua do andamento dos fatos históricos, distante, pois, da perspectiva dialética, garantindo o método de repartição em fatias de tempo que se articulam de modo coeso e progressivo. Seu fechamento não é alvissareiro como o do capítulo inicial; mas também ele aposta na parceria entre um grupo social – a burguesia, nas suas palavras – e a classe trabalhadora graças à comunhão de interesses, parceria essa que alavancaria a esperada Revolução Brasileira. Uma revolução que derrotaria o imperialismo internacional porque capaz de unir duas camadas aparentemente antagônicas, mas unificadas por um único projeto, o do desenvolvimento nacional.

Tal como nos tópicos anteriores, a “Evolução da cultura” é abordada por meio de sua divisão em etapas. A primeira desenvolve-se durante o período colonial, quando a economia se baseia no trabalho escravo e na produção para o mercado externo; nessas condições, não se oferecia qualquer “estímulo à cultura intelectual”: “a existência colonial é pobre, dispersiva, apagada.” (Sodré, 1967, p. 121). A valorização

da instrução e da cultura deu-se apenas nas regiões onde a mineração facultou o crescimento urbano em virtude da necessidade de contar com quadros administrativos letrados.

O século XIX engloba a segunda e a terceira etapas da trajetória cultural. Nas décadas subsequentes à emancipação política, uma elite letrada buscava expressão própria, de que advém a adoção do Indianismo, em que se constata resquícios da sociedade colonial de onde provinham seus principais representantes na literatura. Nas décadas finais do século e primeiras do novecentos, o transplante cultural, sempre dominante, deu-se por meio da adoção de teorias europeias sobre o clima e a raça, consolidando a ideologia do colonialismo, na denominação adotada por Sodré.

Mudanças substanciais, assinalando a última etapa da evolução desenhada pelo autor, possibilitam a emergência de uma cultura nacional autêntica, ainda que em construção. A transformação ocorre a partir dos anos 1930 e deve-se, de uma parte, a neutralização do “domínio dos proprietários rurais [...] por uma burguesia, por uma classe média cuja efetividade política é indisfarçável e pela existência de uma classe trabalhadora que começa a aparecer no cenário político”. (Sodré, 1967, p. 140).

A trajetória da literatura e da cultura brasileira já havia ocupado os estudos de Nelson Werneck Sodré em obras anteriores: *História da Literatura Brasileira*, de 1938, e *Síntese de História da Cultura Brasileira*, de 1943. O primeiro tem como subtítulo “Seus fundamentos econômicos”, perspectiva que se mantém no segundo, de que o capítulo dedicado à cultura, na *Introdução à Revolução Brasileira*, é um sumário. São obras em que o escritor se mostra fiel aos princípios marxistas que pautam suas investigações sobre o que, naquela corrente filosófica, corresponde à superestrutura. Se essa reflete a base econômica, só poderá, como a outra, apresentar um desdobramento contínuo e linear, sem espaço para a divergência, avanços ou recuos. E, quando os marcos historiográficos da literatura não coincidem exatamente com o dos recortes socioeconômicos, cabe ajustar aqueles a esses. É em razão de tal metodologia que a década de 1930 – coincidentemente ou não, a década em que o próprio Sodré, enquanto autor, insere-se nessa trajetória, e não a de 1920 – registra a emergência de uma literatura nacional.

O segmento dedicado à “Evolução racial” traz consigo dois fatos novos: em primeiro lugar, a inserção da formação racial na história nacional, reconhecendo o peso dos escravizados na história do povo brasileiros. Em segundo, a consideração de que as “relações de raça jamais podem isolar-se de relações de classe.” (Sodré, 1967, p. 147), posicionamento desdobrado mais adiante:

[...] o problema das relações de raça não pode ser entendido e interpretado sem a compreensão do quadro das relações de classe, e que o elemento negro e aquele que conserva, pela miscigenação, as suas características exteriores, em destaque a da pigmentação, ficaram relegados, através das transformações por que passamos, à classe que fornece o trabalho. (Sodré, 1967, p. 157).

Advém desse fator – divisões raciais reproduzem diferenças sociais – a compreensão de que a alteração desse quadro só poderá resultar de uma mudança dos fundamentos da sociedade brasileira, vale dizer, da efetivação da almejada Revolução Brasileira.

A concepção exposta por Sodré não se restringe a ele. Em seu livro de memórias, Joel Rufino dos Santos observa que, na juventude, quando se associou ao projeto do ISEB, “negro indiscutível, a questão racial para mim era [...] desimportante”, apontando, entre outras razões, “a de que desde a adolescência me considerava comunista, resistente a levar em conta qualquer questão acima da luta de classes” (Santos, 2008, p. 125).

Com efeito, nos anos 1950/1960, a questão racial não constituía um tema autossuficiente, ainda que presente em obras de interpretação da vida brasileira desde o início do século XX, a exemplo de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Casa-grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Muitas atribuíam o retardo brasileiro à mestiçagem ou à presença maciça de uma população afrodescendente, como expressa Silvio Romero na abertura de sua *História da Literatura Brasileira* (Romero, 1902). Mas, em sua maioria, os intelectuais associados ao Partido Comunista recusavam este caminho; contudo, sem propor um pensamento alternativo, reduziam o tema às premissas do materialismo dialético que entendia o funcionamento da sociedade desde a perspectiva da luta de classes.

Assim, se o segmento dedicado à evolução racial antecipa um problema novo, traz uma solução antiga, afinada, porém, aos paradigmas com que Sodré interpretou o

passado nacional e a situação contemporânea, a seu ver, em vias de gestar uma profunda revolução.

Sodré não falava para as paredes. Provavelmente mais do que seus conterrâneos no terreno das “formações” (Raymundo Faoro, Celso Furtado e Antonio Candido), obteve repercussão e seguidores, como sugere o testemunho de Joel Rufino dos Santos e o sucesso do autor nos anos 1960, mesmo depois do golpe civil-militar que desmentiu suas previsões.

É sob esse aspecto que se constata a importância de seu livro: não pelo sucesso, mas pelo fracasso, pois ele traduzia as expectativas dos grupos de esquerda os quais acreditavam na iminência da revolução que transformaria radicalmente a condição do país, passando de coadjuvante à protagonista no cenário econômico e político mundial.

Os intelectuais atuantes naquela década acreditavam nessa profecia. Arnaldo Jabor confessa compartilhar essa aspiração quando fazia seus primeiros filmes:

E era ali, no meio de insignificantes objetos brasileiros, era ali que traçávamos os planos para conquistar o mundo. Conspirávamos contra o ‘campo e contracampo’, contra os *travelings* desnecessários, contra o *happy end*, contra a fórmula narrativa do cinema norte-americano e, por uma estranha ilação, achávamos que, se a língua de nossos filmes fosse diferente da língua oficial, estaríamos contribuindo para a salvação política do País (Rollemberg, 2022).

O fracasso das aspirações revolucionárias pode ter sido produtivo, porque atualizou pautas políticas que levaram a reflexões inovadoras relativamente à sociedade, economia e cultura brasileiras. Mas igualmente coloca seus formuladores diante de uma encruzilhada, quando se constata que o país – ou melhor, significativa parte de sua população – almeja sair do atoleiro em que se encontra. As reflexões de Sodré podem não servir mais como exemplo; mas talvez ajudem a encontrar o seu avesso.

REFERÊNCIAS

NETTO, José Paulo. *Nelson Werneck Sodré: O general da história e da cultura*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Amauri Mendes; PEREIRA, Amílcar Araujo; ALBERTI, Verena. Entrevista com Joel Rufino dos Santos. *Estudos Históricos*, v. 26, n. 52, jul.-dez. 2013. p. 491-518.

ROLLEMBERG, Marcello. Arnaldo Jabor, um olhar para além da tela e da imprensa. *Jornal da USP*, 18/02/2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/arnaldo-jabor-um-olhar-para-alem-da-tela-e-da-imprensa/>. Acesso: 20/02/2022.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1902.

SANTOS, Joel Rufino. História Nova: depoimento. In: SANTOS, Joel Rufino e al. *História Nova do Brasil* (1963-1993). São Paulo: Loyola; São Paulo: Giordano, 1993.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Assim foi (se me parece)*: Livros, polêmicas e alguma memória. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TOLEDO, Caio Navarro de. A experiência isebiana. *Folha de São Paulo*, 14/07/2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz1407200509.htm>. Acesso: 01/03/2022.

Regina Zilberman, doutora pela Universidade de Heidelberg, com estágios de pós-doutorado no University College (Inglaterra) e na Brown University (EUA), é professora associada do Instituto de Letras, na UFRGS. É pesquisadora 1A do CNPq, e, entre outras obras, é autora de *Estética da Recepção e História da Literatura*, *A Formação da Leitura no Brasil*, *Brás Cubas Autor Machado de Assis* e *Literatura Infantil Brasileira: uma nova outra história*.